

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Deputados querem aprovar pacote contra feminicídio

Lideranças concordaram em agilizar 70 matérias relacionadas ao tema

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Os líderes das bancadas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul concordaram em agilizar a tramitação de um pacote com 70 projetos relacionados ao combate ao feminicídio. Atualmente, as matérias - apresentadas por diversos deputados estaduais - estão paradas nas comissões da Casa. A ideia é aprová-las nas comissões e levá-las ao plenário na próxima sessão.

O esforço está dividido em dois movimentos. Nesta semana, cada bancada vai indicar os projetos mais importantes apresentados pelos seus deputados ou deputadas. Na semana que vem, os projetos serão organizados em um pacote que deve ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na manhã de terça-feira (3).

Com isso, as matérias estarão aptas à votação na sessão plenária na tarde da próxima terça. A expectativa é de que sejam votadas apenas as propostas mais relevantes, e não todos os 70 projetos.

Na reunião de líderes na manhã de ontem, a procuradora especial da Mulher na Casa, deputada Bruna Rodrigues (PCdoB), listou todas as propostas relacionadas à proteção das mulheres. "Hoje apresentei aos colegas o relatório da procuradoria da Mulher, indicando cerca de 70 proje-



Procuradora especial da Mulher, deputada Bruna Rodrigues (PCdoB)

tos em tramitação na Assembleia que têm vinculação com o combate à violência contra as mulheres. Na reunião de líderes, combinamos o encaminhamento de um pacote com essas propostas. Por óbvio, não serão todas. Mas será um pacote histórico na vida da Assembleia", projetou Bruna Rodrigues.

O presidente do Parlamento, Sérgio Peres (Republicanos), garantiu que o Legislativo está engajado no andamento do pacote.

"Os parlamentares concordaram em priorizar até a próxima terça-feira os seus projetos mais importantes de combate ao feminicídio. Só que tem mais de 70 e nem todos passaram pelas comissões. O que sugeri foi que os deputados tirassem a autoria dos projetos (para formar um pacote), e assim conseguiremos aprovar o pacote e dar uma resposta à sociedade gaúcha", disse Peres.

Quanto ao cronograma, ele acredita que, se o pacote não for à votação na próxima semana, ficará para a semana subsequente. "Talvez não consigamos levar o pacote ao plenário na sessão da próxima terça. Mas aí ficará para a semana seguinte. Os deputados querem aprová-lo até o dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher)".

Em 2025, o Brasil bateu o recorde no número de feminicídios. Conforme o Ministério da Justiça, 1.470 mulheres foram assassinadas no ano passado. Ou seja, quatro mulheres foram mortas por dia no Brasil em 2025. Em 2024, foram registrados 1.464 homicídios de mulheres.

No Rio Grande do Sul, o feminicídio foi um dos poucos crimes que aumentou. Em 2025, 80 mulheres foram mortas no Estado. Em 2024, esse número chegou a 73.

Projeto facilita doações de empresários à segurança

Os deputados estaduais aprovaram na sessão de ontem - com 35 votos favoráveis e 19 contrários - o projeto que facilita o acesso de empresas privadas ao Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública (Piseg). A matéria facilita as doações de empresários para a segurança pública.

O Piseg funciona como uma espécie de Lei Rouanet da segurança pública, na medida que os empresários gaúchos podem doar equipamentos para as forças de segurança do Estado, em troca do abatimento no valor

devido em ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O Piseg permite que empresas destinem até 5% do saldo devido de ICMS para investimentos em equipamentos voltados à segurança. O valor total que pode ser arrecadado nesse programa é de R\$ 120 milhões por ano.

Hoje, as empresas que fazem a doação também precisam doar um extra de 10% do valor da doação para o Fundo Comunitário Pró-Segurança Pública. O projeto aprovado pelos parlamentares, de autoria do deputado estadual Guilherme Pasin

(PP), retira essa contrapartida de 10% aos interessados em contribuir com o Piseg.

"O Estado apresenta como o máximo de captação (através do Piseg) R\$ 120 milhões. O ano que o Estado mais captou (através do Piseg) foi em 2025, quando o valor chegou a R\$ 60 milhões. Isso porque o Piseg exige uma contrapartida de 10% sobre tudo aquilo que o empreendedor destinou do seu ICMS para o projeto (de segurança). Tirando essa contrapartida, poderemos chegar ao teto de captação previsto no Piseg", projetou Pasin.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

CPMI do INSS esquenta o plenário

A retomada da CPMI do INSS deixou claro que o Congresso já está em modo eleitoral. O tom subiu, os embates ficaram mais duros e a sessão de segunda-feira virou uma prévia do que poderá marcar os próximos meses até as eleições. O relator, Alfredo Gaspar (União Brasil/AL, foto), abriu fogo contra o empresário Daniel Vorcaro e contra o que chamou de "blindagens" dentro da comissão.

BRUNO SPADA / CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



"Bandidagem do topo da pirâmide"

Ex-promotor e ex-secretário de Segurança de Alagoas, Gaspar foi direto: "Passei 24 anos perseguindo bandido, quando pensei que vinha para a política para esquecer esse passado, nunca estive tão próximo da bandidagem... a bandidagem do topo da pirâmide. A mentira jamais vai vencer o sol da verdade". O relator criticou a ausência de Daniel Vorcaro na comissão e classificou como "esculhambação" a justificativa de que só depor se pudesse ir "de jatinho", e questionou as quatro reuniões fora da agenda no Planalto.

Ampliação do foco das investigações

Alfredo Gaspar também ampliou o foco das investigações: "Não quero dizer que Vorcaro só tem envolvimento com o governo atual. Aqui temos que abrir o leque para todos". Ele ainda acusou a base governista de blindagem, e afirmou que reapresentou pedidos de convocação de instituições financeiras como Santander, C6, Crefisa e PicPay.

Van Hattem: "O PT vive da corrupção"

O deputado gaúcho Marcel van Hattem (Novo) elevou ainda mais o tom ao defender a quebra de sigilo do Banco Master e de seus dirigentes. "O PT não quer quebrar o sigilo? Que seja quebrado o sigilo do ex-CEO Augusto Ferreira Lima. O PT não quer combater a corrupção, vive dela. Vive da mentira, querem proteger o Banco Master", afirmou.

A reação do PT

A resposta veio do deputado gaúcho Bohn Gass (PT), que rebateu com contundência. "Eles são muito hipócritas. Falam que combatem a corrupção, mas seus governos foram os mais corruptos. O caso do INSS só foi identificado porque o PT apurou. No governo Bolsonaro sabiam e não fizeram nada". Bohn Gass acusou a oposição de tentar enfraquecer a Polícia Federal, e afirmou: "Quem combate a corrupção somos nós. Eles acobertaram".

Congresso em modo campanha

A sessão mostrou mais que divergências técnicas; revelou a disputa narrativa. De um lado, a oposição tentando vincular o caso ao governo Lula. De outro, o PT devolvendo a conta ao governo Bolsonaro. A CPMI do INSS prepara o palco. E o que se viu foi menos investigação silenciosa e mais embate eleitoral. Se a noite foi um ensaio, 2026 promete ser barulhento.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade